Universidades Lusíada

Kadooka, Aline
Lepre, Rita Melissa

Nativos digitais : a influência das novas tecnologias no desenvolvimento moral infanto-juvenil

http://hdl.handle.net/11067/4794
https://doi.org/10.34628/xq8s-e813

Metadados

Data de Publicação 2018

Resumo A revolução tecnológica e digital e a massificação do uso da Internet estão provocando intensas modificações em diferentes âmbitos da sociedade e tem contribuído para ampliar, diversificar e fragmentar a complexidade das relações sociais. Este artigo tem como objetivo trazer alguns conceitos e fazer uma breve apresentação sobre o desenvolvimento moral infantil ante o fenômeno dos Nativos Digitais. Escolhemos essa temática por entendermos que o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Com...

The digital technological revolution and the massification of the use of the Internet are bringing about intense changes in different spheres of society. On this sense this article intends to bring some concepts and make a brief presentation of the influence of the phenomenon of digital natives on the moral development of children. This issue was chosen because we understand that the emergence of Information and Communication Technologies (ICTs) has revolutionized the sociocultural universe and ...

Palavras Chave Criança e a Internet, Crianças - Aspectos sociais

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-IPCE] RPCA, v. 09, n. 2 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T09:07:29Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

NATIVOS DIGITAIS: A INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DESENVOLVIMENTO MORAL INFANTO-JUVENIL

DIGITAL NATIVES: THE INFLUENCE OF NEW TECHNOLOGIES IN CHILD'S MORAL DEVELOPMENT

Aline Kadooka
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus Assis-SP, Brasil

Rita Melissa Lepre
Universidade Estadual Paulista, no Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências – Câmpus Bauru-SP, Brasil.

Resumo: A revolução tecnológica e digital e a massificação do uso da Internet estão provocando intensas modificações em diferentes âmbitos da sociedade e tem contribuído para ampliar, diversificar e fragmentar a complexidade das relações sociais. Este artigo tem como objetivo trazer alguns conceitos e fazer uma breve apresentação sobre o desenvolvimento moral infantil ante o fenômeno dos Nativos Digitais. Escolhemos essa temática por entendermos que o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) revolucionou o universo sociocultural e propiciou o surgimento de um novo paradigma. Um dos fenômenos que surgiram graças a esse contexto ficou conhecido como «Nativos Digitais», termo que designa todos aqueles que nasceram no mundo online e são «falantes nativos» da linguagem digital. Discute-se que a geração atual de crianças sofreu uma mudança tão drástica em relação às gerações anteriores que vários estudos tem se destinado a tentar entender o fenômeno, as implicações e consequências do fosso digital existente entre as crianças, os seus familiares e seus professores Esse novo paradigma cultural influenciaria constantemente a formação e o desenvolvimento moral, psicológico e cognitivo do homem. Parece-nos, portanto, que é o momento de identificar as perguntas e os principais problemas que a realidade complexa propõe ou suscita. Do campo da psicologia do desenvolvimento, mais pontualmente a partir das teorias que discorrem sobre o Desenvolvimento Moral, tivemos o ímpeto de refletir e ponderar os significados e as repercussões desse fenômeno digital na evolução da moralidade infantil.

Palavras-chave: Moralidade, Nativos digitais, Crianças, Adolescentes, Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

Abstract: The digital technological revolution and the massification of the use of the Internet are bringing about intense changes in different spheres of society. On this sense this article intends to bring some concepts and make a brief presentation of the influence of the phenomenon of digital natives on the moral development of children. This issue was chosen because we understand that the emergence of Information and Communication Technologies (ICTs) has revolutionized the sociocultural universe and foster the emergence of a new paradigm. One of the phenomena that emerged thanks to this context became known as "digital natives". This terminology designates all those who were born in the online world and are "native speakers" of the digital language. It is argued that the current generation of children has undergone such a drastic change in relation to the previous generations that several studies have been aimed at trying to understand the phenomenon, the implications and consequences of the digital gap between children and their families. This new cultural paradigm would constantly influence the formation and moral, psychological and cognitive development of man. It seems to us that it is the moment to identify a few questions and problems that the complex reality proposes or raises to us. From the field of Developmental

Psychology, more punctually from the theories that discuss Moral Development, we had the impetus to reflect the meanings and the repercussions of this digital and technological phenomenon on the evolution of children's morality.

Keywords: Moral Development, Digital Natives, Children, Adolescents, Information and Communication Technologies (ICTs).

Introdução

A revolução tecnológica digital e a massificação do uso da Internet estão proporcionando intensas modificações em diferentes âmbitos da sociedade e tem contribuído para ampliar, diversificar e fragmentar a complexidade das relações sociais. Este artigo tem como objetivo trazer alguns conceitos e fazer uma breve apresentação sobre o desenvolvimento moral infantil ante o fenômeno dos Nativos Digitais. Esse assunto foi eleito por entendermos que o surgimento das novas tecnologias revolucionou o universo sociocultural de modo a propiciar a emergência de um novo paradigma marcado pela volubilidade, fragmentação, mutabilidade e instabilidade das coisas. Esse novo paradigma cultural influenciaria constantemente a formação e o desenvolvimento moral, psicológico e cognitivo do homem.

Os valores sociais sofrem reflexos da globalização, dos avanços tecnológicos e o desenvolvimento da economia mundial. Tal transformação interfere na construção de valores éticos que perpassarão a educação dos jovens, já que a interação social dos sujeitos se fundamenta na troca afetiva com os objetos e pessoas (La Taille & Menin, 2009).

Para Camino, Camino e Moraes (2003), a atual conjuntura do nosso país revela um conjunto de crises políticas e econômicas, mas entrelaçada a essas, vem se desenvolvendo uma forte crise de valores morais. Acredita-se que essa crise moral é decorrente, em parte, à atual configuração do capitalismo. Esses autores buscam em Apel (1994) e Habermas (1973/1978) respostas para tal crise. De acordo com o primeiro, o capitalismo gerou progressos técnicos e científicos, porém esqueceu-se de criar uma ética compatível, fundada na cooperação e na responsabilidade solidária. Já Habermas (1973/1978), acredita que o capitalismo neoliberal propiciou a manutenção de uma ética voltada para os valores especificamente burgueses, que promoveu, por exemplo, atitudes individualistas, opiniões despolitizadas na vida pública e adesão a valores dirigidos ao consumo. Tal cenário influenciaria a constituição e o desenvolvimento dos indivíduos e, consequentemente, recai sobre a educação das crianças e adolescentes, o que nos remete, inevitavelmente, à ausência de referência dos jovens (Dufor, 2001).

Parece-nos que é o momento de identificar as perguntas e os problemas principais que a realidade complexa propõe ou suscita. Do campo da psicologia do desenvolvimento, mais pontualmente a partir das teorias que discorrem sobre o Desenvolvimento Moral, tivemos o ímpeto de refletir e ponderar os significados e as repercussões desse fenômeno digital na evolução da moralidade infantil.

A pós-modernidade do século XXI é marcada pelo advento da globalização, do multiculturalismo, das "tribos digitais", das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), das mídias tecnológicas em geral (internet, smartphone, tablet, etc.) e dos sites de redes sociais. De acordo com Baudrillard (1984) essa nova realidade proporcionada pela tecnologia moderna produziu um arrebatamento de tamanha força e escala que o sistema perdeu todo o sentido fora dessa mediação. O mundo digitalizou-se e a "era das redes" criou precedentes para o enaltecimento narcisista em que tudo se faz visível e imediato.

Devido à rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX somos testemunhas de uma "singularidade" ou desenvolvimento de um "novo mundo". Essas novas configurações culturais desdobraram-se em diversas consequências e fenômenos. Um dos fenômenos que emergiram graças a esse contexto ficou conhecido como "nativos digitais". Marc Prensky (2001) cunhou essa terminologia para designar todos àqueles que já nasceram no mundo online e são "falantes nativos" da linguagem digital.

Discute-se que a geração atual de crianças sofreu uma mudança tão drástica em relação às gerações anteriores que vários estudos tem se destinado a tentar entender o fenômeno, as implicações e consequências do fosso digital existente entre as crianças, os seus familiares e seus professores (Melro & Silva, 2013; Belloni & Gomes, 2008; Gentile & Walsh, 2002; Pereira & Silva, 2009; Tee, Brush, & Inkpen, 2009).

Para Belloni e Gomes (2008), esse fenômeno estaria provocando um período de subversão da relação tradicional entre adulto e criança. O cenário atual seria este: de repente, estaríamos diante de uma escola ou de adultos que já não compreenderiam mais a criança, pois essa falaria e escreveria em outra língua, saberia coisas que a professora não entende muito bem e que os pais, muitas vezes, não prestam muita atenção. As gerações adultas, ou os não nativos digitais, não conseguiriam ou teriam dificuldades de acompanhar e se apropriar dessas novas tecnologias. Teríamos, portanto: o "adulto que não sabe" e a "criança que sabe". Esse contexto causaria, de acordo com os autores, um abismo técnico ou um conflito de gerações, marcados por incompreensões e uma incomunicabilidade maior do que as que assolaram as gerações precedentes.

Dessa forma, a hierarquia entre a criança/adolescente e os adultos estaria comprometida, pelo menos no que diz respeito à utilização das tecnologias digitais, internet e redes sociais, já que a criança teria maior domínio nesse assunto do que os adultos. Se de acordo com Platão, Aristóteles, Francis Bacon e Michel Fou-

cault "saber é poder" deveríamos ressaltar a importância desse fenômeno dos nativos digitais na relação entre educadores e educandos (pais/filhos, professores/alunos, etc), não somente nas repercussões do mesmo no desenvolvimento moral dos sujeitos, mas em todas as relações que por ele são permeadas.

A Psicologia Genética de Jean Piaget trouxe contribuições fundamentais para o estudo da moral. La Taille destaca o pioneirismo do mesmo, citando o livro O juízo moral na criança, de 1932, como "um marco na história da reflexão humana sobre a moralidade" (La Taille, 1994, p.10).

De acordo com Freitag (1990) e Menin (1999), Piaget sofreu uma forte influência do filósofo alemão Immanuel Kant, em sua teoria da moralidade. Para este filósofo a moral não é a simples adesão às regras determinadas pela sociedade, o agir moralmente "bom ou certo" significa obedecer ao princípio incondicional e universal chamado por ele de Imperativo Categórico: "age apenas segundo uma máxima tal que possa querer que ela se torne lei universal". (Kant, 1974, p. 223)

Kant discute a existência de duas grandes tendências morais: a heteronomia, que significa ser governado por outros sem questionamento às regras impostas, pelo medo à punição ou visando o bem estar e o interesse próprio; e a autonomia, que requer uma descentralização, de forma que, fundamentando-se no Imperativo Categórico, o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro para agir moralmente de acordo com o bem (Menin,1999).

Na perspectiva piagetiana o desenvolvimento da moralidade dependeria, num primeiro momento, de relações assimétricas, do exercício da autoridade por parte dos educadores. Sem elas, com efeito, não seria possível que a criança entrasse no que podemos chamar de mundo moral. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente (La Taille, 2002).

Ora, se o desenvolvimento moral subordina-se, por um período, a hegemonia do adulto sobre a criança, como a moralidade progrediria à autonomia nesse contexto? Para ponderarmos sobre essa pergunta e ascendermos às considerações, dividiremos o artigo em três seções:

Na primeira far-se-á exposição da evolução da internet e do cenário pós-moderno tendo como pano de fundo a forma como a sociedade encontra-se organizada em torno das novas tecnologias digitais e descreverá o fenômeno dos nativos digitais e suas consequências na educação infanto-juvenil;

Na segunda parte, realizaremos uma clarificação de conceitos pertinentes à moralidade e ao seu desenvolvimento a partir das relações sociais que as crianças estão inseridas;

Por último, teceremos as nossas considerações finais.

Os nativos digitais e as transformações da web

Jovens nascidos depois de 1980, essa seria a geração dos nativos digitais. Esse termo tornou-se notório a partir dos primeiros anos de 2000, mas sua eclosão subordina-se, dentre outras revoluções, ao desenvolvimento da World Wide Web (Web).

O primeiro tipo de conferência eletrônica foi criado em 1972. Denominada como Bulletin Board System (BBS) ela permitia a interação dos usuários para a troca de documentos, leitura de notícias e envio de mensagens. Nesse sistema, o usuário escolhia uma BBS a partir de um tema de seu interesse e ao se conectar a ela e a receber e responder todas as mensagens que foram remetidas para o banco de dados. Esses grupos de Usenet tornaram-se populares a partir de 1980 e os e--mails se difundiram no final dessa década. A história da Web se dividiu em dois períodos distintos: o acadêmico e o comercial (Palfrey & Gasser, 2011).

A Web foi inventada a partir de pesquisas militares no final da década de 90, tendo como principal contexto a Guerra Fria. Sua primeira versão tinha como objetivo principal a comunicação e a transmissão de dados. Passou então a ser uma rede que interligava universidades ao redor do mundo. A sua popularização se deu gradativamente com o barateamento dos custos de acesso comercial à rede. Essa propagação foi o que permitiu o surgimento de enciclopédias abertas, ferramentas de comunicação em diferentes formatos e o comércio eletrônico (Colvara, 2013). Os principais serviços disponíveis na rede eram: correio eletrônico, grupos de discussão com temas definidos, grupos de bate-papo livre, transferência de arquivos, navegar pelas homepages, visitas a museus e bibliotecas.

A evolução tecnológica cada vez mais instantânea proporciona novas formas de relacionamento social e passam a influenciar na subjetividade dos sujeitos. A Web 1.0 passa por transformações incrivelmente rápidas e novas formas de se estar na rede surgem. Ela foi sendo aperfeiçoada e ganhou o status de Web 2.0 (Web Social), essa denominação foi cunhada, após receber significativas mudanças em sua utilidade, migrando de um simples canal de consulta e comunicação para uma plataforma interativa. Podemos destacar nessa transição o aparecimento dos chamados Sites de Redes Sociais Online (SRS), que são sistemas que permitem a interação de pessoas, a formação de grupos e diversas formas de compartilhamento de informações (De Santana et al., 2009).

Com o advento da Web 2.0 e as políticas de incentivo ao uso de tecnologias e da rede, a sua popularização passa por um processo rápido e maciço (países globalizados). Ela, portanto, se infiltra no cotidiano das pessoas, transformado inclusive, as formas de se estar no mundo. O sujeito passa a sentir a necessidade de estar conectado 24 horas por dia, vivendo em um universo virtual cada vez mais naturalizado. Discutem-se as os impactos, públicos e privados, dessa nova forma de viver, e teoriza-se uma época marcada pela revolução digital (Postigo, 2011).

A Web 3.0 emergiu da necessidade de tornar mais inteligente e organizado todos os conteúdos disponíveis na internet, transformando assim a rede em um sistema educacional inteligente (Aghaei et al., 2012).

De acordo com Aghaei et al. (2012), sucintamente, diríamos que a evolução da Web passou por três grandes fases, sendo elas: Web 1.0: Foi a primeira geração da Web, sendo, portanto, a fase inicial de implantação e popularização da rede em si. Foi considerada a web somente leitura, com interações entre usuários limitadas; Web 2.0: definida como uma rede de leitura e escrita. Maior ênfase na ligação entre pessoas, portanto, dedicou-se a proporcionar uma maior participação do usuário, permitindo montar e criar grandes multidões globais de comum interesse, através da criação das comunidades virtuais e das ferramentas de mídias sociais; Web 3.0: Também chamada de Web Semântica, pois lida com o desejo de diminuir as tarefas e as decisões humanas, deixando-as a cargo das máquinas. Tinha o intuito de permitir uma cooperação entre homem e máquina, a fim de organizar um grande número de comunidades sociais da web para que os programas sejam fossem de entender e fazer um melhor uso desses dados.

Discute-se atualmente a emergência de uma quarta onda de transformação da rede: a Web 4.0. Vista com uma web simbólica com a capacidade de interação simbiótica entre a mente humana e as máquinas. Será um complexo sistema de inteligência artificial (Aghaei et al., 2012; Choudhury, 2014).

Assim como tudo no mundo da Era Digital, a velocidade de transformações e modificações da Web e das tecnologias em geral é impressionante, considera-se, inclusive, que esse foi o período mais frenético já vivido. Diante disso as crianças consideram natural o uso de todo esse aparato instrumental no seu cotidiano, de tal maneira que já não conseguem imaginar um mundo sem a utilização dos mesmos. O primeiro contato com a tecnologia tem ocorrido cada vez mais precocemente, muitas vezes anteriormente à sua escolarização (De Paiva & Costa, 2015).

Prensky (2001) explica que a geração anterior aos nativos digitais são os "Imigrantes digitais" e correspondem a todos aqueles que entraram em contato tardio com as inovações tecnológicas, e, estão tentando se adaptar e aprender a lidar com uso das novas tecnologias.

Palfrey e Gasser (2011) acreditam que além dos Nativos e dos Imigrantes Digitais, existiria uma terceira categoria: os Colonizadores Digitais. Esses seriam aqueles que embora não tenham nascido na era digital, contribuíram para o surgimento dela. Nas palavras dos autores:

> *O mais incrível, no entanto, é a maneira em que a era digital transformou o modo como as pessoas vivem e se relacionam umas com as outras e com o mundo que as cerca. Algumas pessoas mais velhas estavam ali no início, os Colonizadores Digitais – não nativos do ambiente digital, porque cresceram*

> *em um mundo analógico, mas que ajudaram a moldar seus contornos. Estas pessoas mais velhas também estão online e, muito sofisticadas no uso dessas tecnologias, ainda continuam a basear muito nas formas tradicionais e analógicas de interação. Outras estão menos familiarizadas com esse ambiente, os Imigrantes Digitais, que aprenderam tarde na vida a mandar e-mails e usar as redes sociais (Palfrey & Gasser, 2011, p. 13).*

Teríamos então o seguinte contexto: três gerações diferentes convivendo em uma mesma época. As crianças e os jovens da atualidade pensam e processam as informações de maneira diferente e possuem estruturas de pensamento distintas, já que passaram por experiências dessemelhantes em relação aos seus pais, avós, professores e educadores. Nesse embate, o que deve acontecer? Quem deve ensinar a quem? Os filhos devem se adaptar ao antigo ou os educadores ao novo?

Para responder a essas perguntas, é necessário considerar que por mais que os imigrantes digitais se adaptem às novas formas do mundo eles sempre manterão, em certo grau, os trejeitos do passado, as ações arcaicas, denominadas por Prensky de "sotaque" e, então, os nativos digitais as verão como atitudes sem sentido, ultrapassadas ou incoerentes. Visto por essa perspectiva, deve-se considerar que certamente há um crescente abismo entre as gerações, o que nos leva a um problema sério, porque os Imigrantes Digitais estão tendo dificuldades para ensinar as crianças e adolescentes, pois ainda usam uma "linguagem ultrapassada" da era pré-digital e tentam a todo custo atrair a sua atenção (Prensky, 2011).

Com o passar do tempo, embora o significado do que é ser criança e infância tenha se modificado, Dornelles (2005) acredita que exista uma multiplicidade de concepções sobre a criança, tal qual ao surgimento de novas espécies. A autora sugere que se problematize e se desconstrua a visão singular da modernidade ocidental de que toda criança é universal, única, pura e ingênua, pois atualmente as mesmas, também podem ser espertas, desafiadoras, mais ativas, incontroláveis, indisciplinadas e impacientes.

As crianças de hoje estão acostumadas a serem multitarefas, a lidar com uma infinidade de informações rápidas, descartáveis e diversas, além disso, passam a maior parte de suas vidas online e se maravilham com todas as possibilidades que encontram. Naturalmente, tais mecanismos, os influenciam em seu modo de aprender, estudar e se relacionar com outras pessoas (Palfrey & Gasser, 2011).

Essa sofisticação dos meios de comunicação ou a possibilidade de se viver online, não alterou apenas os hábitos cotidianos, mas criou uma nova ideia de espaço. O espaço cibernético ou ciberespaço que nada mais é do que um espaço virtual que está na ordem das ilusões, do imaginário. Se focalizarmos essa teoria nas relações entre as pessoas, a relação virtual seria aquela do não encontro, baseadas nas fantasias dos sujeitos. Esses espaços tolerariam a criação de qualquer identidade, pois são lugares de infinitas possibilidades, em que tudo parece ser

permitido, regido por suas próprias leis, de extrema liberdade para aflorar desejos, fantasias e sentimentos contidos (Levy,1996).

> *Essa nova geração de nativos digitais possui uma identidade virtual, pois passam a maior parte do tempo conectados através das redes sociais, blogs, jogos online, em meio às inovações tecnológicas. Nesses espaços socializam, se expressam criativamente e compartilham ideias e novidades. Desse modo, muitos nativos digitais não distinguem o online do offline e diante dessa realidade virtual aparecem as preocupações, em especial, dos pais e professores referente à segurança e privacidade dos nativos no ciberespaço (Santos & Matos, 2011, p. 15844).*

A ideia de que crianças e adolescentes enfrentam uma série de riscos na Internet e nos Sites de Redes Sociais, tornou-se uma preocupação frequente dos pais no cuidado com os seus filhos, pois, o seu uso é de difícil controle e possibilita e facilita o acesso da criança ou adolescente a todo tipo de conteúdo. Os pais e professores tentam aprender a lidar com esses novos desafios impostos pela transformação digital, mas, ao enfrentarem crianças tão plurais, eles sentem acuados ou com medo de encará-los, pois acreditam estar distantes da realidade dos mesmos ou não se veem detentores de um saber suficiente para controlá-los ou governá-los (Dornelles, 2005).

Prensky (2001) ressalta o fato de que a Internet está adentrando cada vez mais precocemente o universo infantil e, de fato essas tecnologias podem trazer riscos ou benefícios para seus usuários. O problema ocorre quando os pais (imigrantes digitais), por não sentirem-se aptos a dominarem o uso dessas tecnologias, não orientam ou controlam os seus filhos para um uso seguro e saudável. Ainda de acordo com o autor, a principal dificuldade encontrada pelos tutores reside em ponderar o quanto é benéfico ou maléfico o seu uso e ajustar a frequência da exposição e exploração dos mesmos.

Percebe-se no discurso dos pais uma constante indagação sobre como educar os seus filhos. Eles, por vezes, demonstram insegurança e dificuldades para exercerem os seus papeis e ações, principalmente, quando o quesito é autoridade e imposição de limites. Sabe-se que os limites na educação são, sem dúvida, fundamentais na formação do indivíduo. (La Taille, 1998, 2002b; Silva, 2009a). Discute-se atualmente sobre a questão da responsabilidade escolar e familiar sobre a educação de crianças e jovens. Trava-se um embate entre elas, pois uma delega à outra a responsabilidade de trabalhar questões como disciplina e valores, bem como controlar o comportamento abusivo dessas (Coutrim, Carvalho & Almeida, 2012; Oliveira & Menin, 2012). Ainda que a família seja considerada a base da formação social, cultural, intelectual e moral da criança, Oliveira e Menin (2012), também destacam a importância do papel escolar no desenvolvimento

infanto-juvenil. Para as autoras, uma educação moral de sucesso, depende do apoio mútuo, em que cada instituição assume o compromisso de complementar e suprir as necessidades da outra.

As primeiras informações que as crianças recebem, normalmente são fornecidas pelos pais. Ainda na fase pré-escolar são eles os responsáveis pelo provimento de recursos materiais e afetivos. A interação pais-filhos influencia o repertório de ferramentas que os filhos utilizarão no enfrentamento das diferentes situações da vida (Vitali, 2004). Além disso, os pais são os primeiros contatos para a inserção social infantil, logo são fontes de transmissão de valores, hábitos e crenças, que prepararão os filhos para a sua introdução na sociedade. A criança tende a repetir os padrões transmitidos pelos pais, aprende a agir por imitação (Kobarg & Vieira, 2006; Salvador & Weber, 2005; Szymanski, 2004).

A importância da qualidade da relação pais-filhos sobre o desenvolvimento das crianças tem se mostrado irrefutável por muitos estudiosos do assunto. Acredita-se que mediante as experiências vivenciadas na interação entre eles ocorre o desenvolvimento dos referenciais de conduta da criança e, posteriormente, do adolescente. Dessa relação poderá emergir tanto o desenvolvimento de habilidades positivas, ou também de comportamentos de risco ou considerados inadequados (Silva, 2009a). Gomide (2003) inter-relaciona inadequação de práticas educativas a problemas no desenvolvimento cognitivo e social e no desempenho acadêmico dos filhos. Crianças na idade escolar, com pouca interação com ambos os pais, apresentam menor desenvolvimento cognitivo e mais problemas de comportamento (Anselmi et al., 2004; Stocker et al., 2003). Em relação à influência da interação familiar sobre o desempenho acadêmico dos filhos, alguns autores (Hill e Taylor, 2004; Newcombe, 1999) mostram que as crianças com melhor desempenho acadêmico têm pais e mães mais envolvidos, afetuosos e verbalmente sensíveis, que evitam o uso de punições e restrições. Ainda de acordo com Gomide (2001,2004) e Prust e Gomide (2007), na prática educativa, os pais ao interagirem com seus filhos ou por meio de seus próprios comportamentos, transmitiriam normas e valores às crianças e as mesmas aprenderiam como agir diante das circunstâncias. Seriam os pais, portanto, um dos maiores responsáveis para o desenvolvimento moral infantil.

Desenvolvimento moral

A construção de valores, princípios e normas é um processo e por ser um processo será construído na convivência diária, com a família, os seus pares e a sociedade. Sem a existência das regras não seria possível o convívio social, mas também somente com a existência delas não estaria garantido o seu entendimento ou a sua adesão. Perguntamo-nos, então, o porquê que certos adolescentes possuem motivações tão distintas para seguir ou não seguir tal regra, ou o porquê a falta de educação dos jovens está em voga.

Piaget (1932/1994) mostra que o bebê vem ao mundo com uma ausência total de regras (anomia), e com o passar dos anos aprende que algumas coisas podem ou não ser feitas. As regras emanam dos mais velhos e o medo da perda do afeto ou da punição e do castigo, além do amor que sentem pelos pais, são alguns dos fatores que as impulsionam a agir em conformidade com as regras.

Na concepção piagetiana, a obediência às regras e à ordem social faz parte da construção da moralidade (Araújo, 2007). Segundo esta autora, Piaget: [...] indica duas etapas distintas e complementares na constituição do desenvolvimento moral, que são a heteronomia e a autonomia. Na heteronomia as regras e valores morais são estabelecidos por um adulto ou uma figura de autoridade e as crianças obedecem, em uma relação de respeito unilateral. Já na autonomia requer maior amadurecimento e as regras são estabelecidas através de consentimento mútuo. Os atos morais são valorizados por si mesmos, independentes de consequências ou punições. Na autonomia, as relações sociais baseiam-se na cooperação e no respeito mutuo de forma gradual e progressiva (Araújo, 2007, p.16).

A fase de controle essencialmente externo é chamada de heteronomia. Somente quando, o adolescente é capaz de ter um autocontrole das regras, independente do olhar dos adultos ou de outras circunstâncias, tais como pressões sociais, mudanças de contextos ou mudança das pessoas envolvidas, é que dizemos que o desenvolvimento moral foi bem sucedido, ou seja, o sujeito atingiu a autonomia moral (Piaget, 1932/1994).

A palavra "limites" está em voga no contexto "como educar uma criança", este destaque se dá por uma série de dificuldades e dilemas que os responsáveis enfrentam na hora que precisam lidar com questões que envolvem a obediência, o respeito e a disciplina. Esses pontos são muito pertinentes à educação moral (La Taille,1998). Os adultos não estão confiantes sobre o que é certo ou errado. Esse clima de insegurança e incerteza distancia a criança do contato com a moral e com os deveres, já que os adultos acabam por esconder os seus próprios valores (La Taille, 2002b).

La Taille (2002) faz importantes apontamentos sobre a questão dos limites dentro da área da educação. Sua aproximação com o tema se deu através dos crescentes questionamentos sobre a falta de limites dos jovens na atualidade. Para o autor quando citamos a palavra "limites" possivelmente seriamos levados a pensar na questão do monitoramento ou do controle parental, já que constantemente o termo é empregado dentro do campo da psicologia moral como obrigação, proibição ou restrição de liberdade, em outras palavras, diríamos que é aquilo que denominamos como dever. Sabe-se que os deveres morais representam uma necessidade intrínseca para o convívio em sociedade, por isso desde os primórdios da civilização os limites restritivos permeavam a educação infanto-juvenil. Eram comuns o respeito pela autoridade, a obediência e a disciplina, que sempre foram necessários sim, em um primeiro momento, para o desenvol-

vimento moral. De acordo com o autor, atualmente, os pais possuem dificuldades na hora da impor limites, pois têm medo de serem taxados como autoritários. Tal temor os influenciariam a não expor claramente as questões da existência dos deveres e dos limites, e como resultado as crianças e os jovens não reconheceriam a existência de regra alguma (anomia).

Os estudos sobre a moralidade remontam à antiguidade. Filósofos buscavam discutir sobre os conceitos atrelados ao bem e ao mal. Porém, é na modernidade, influenciado pelo Iluminismo e pela racionalidade emergente, que o filósofo alemão Immanuel Kant, introduz as suas ideias sobre a moralidade. Para ele a moral não era a simples adesão às regras determinadas pela sociedade, o agir moralmente "bom ou certo" deveria obedecer ao princípio incondicional e universal chamado de Imperativo Categórico: "age apenas segundo uma máxima tal que possa querer que ela se torne lei universal" (Kant, 1964, p. 223). Além dessa discussão, Kant teorizou sobre a existência de duas grandes tendências morais: a heteronomia, que significa ser governado por outros sem questionamento às regras impostas, pelo medo à punição ou visando o bem estar e o interesse próprio; e a autonomia, que requer uma descentralização, de forma que, fundamentando-se no Imperativo Categórico, o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro para agir moralmente de acordo com o bem (MENIN, 1999). Segundo Kant, só seríamos capazes de garantir a dignidade ao outro ser humano através da autonomia fundamentada exclusivamente na razão (Lepre, 2005).

Em 1932, a discussão sobre a moral adentra o campo da psicologia. Piaget publica o seu livro intitulado: "O juízo moral na criança". Suas ideias são claramente influenciadas pelos pressupostos sobre a autonomia e heteronomia Kantiana, no entanto, diverge do mesmo, ao afirmar que essas duas tendências morais eram construídas e estavam sujeitas a uma infinidade de fatores, notadamente aqueles que diziam respeito às formas de relações sociais que a criança está submergida (Menin, 1999).

A compreensão de que a sociedade não é homogênea e de que as relações podem ocorrer de diferentes formas, é um fator primordial para entendermos a moralidade (Piaget, 1932/1994).

> *[...] a criança começa por considerar as regras não só como obrigatórias, mas ainda como intangíveis e devendo ser consideradas literalmente. [...] essa atitude resulta da coação exercida pelos mais velhos sobre os menores e da pressão devida aos próprios adultos, sendo, dessa forma, as regras do jogo assimiladas a deveres propriamente ditos. (PIAGET, 1932/1994, p. 92).*

A educação moral concretizar-se-ia, portanto, desde o currículo até as interações sociais na escola e nos incontáveis arrolamentos desta com a sociedade e principalmente a família. Certo de que certas práticas educacionais podem ou não

elevar os padrões morais e sociais, a família e a escola surgem como instituições essenciais para propiciar os processos evolutivos dos indivíduos atuando como desencadeadoras ou inibidoras do seu crescimento, emocional, físico, social, intelectual e moral (Dessen; Polonia, 2007). "Pais e professores são inevitavelmente modelos para as crianças. Pode ser 'bons' modelos, moralmente falando, ou péssimos. Em qualquer dos casos suas ações, seus julgamentos e os valores que se exteriorizam farão parte do modo de ser das crianças" (Menin, 1999, p. 99).

Os estudos de Baumrind (1966) demonstraram que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos sofre fortes influências das crenças e valores parentais (Costa, Teixeira & Gomes, 2000). No entanto, não podemos nos ater somente a isso, já que o estilo vai se constituindo na interação dos pais com os filhos, ou seja, as características dos filhos também devem ser levadas em conta na definição do estilo parental (Falcke, Rosa & Steigleder, 2012). Além disso, as praticas educativas parentais sofrem influências da cultura e do contexto familiar, consistindo não apenas em respostas ao comportamento dos filhos, mas sim no processo de transmissão de valores e normas características de determinado contexto social (Kobarg & Vieira, 2006).

Contudo, para compreender a moralidade devemos nos ater a questão do respeito. Durkheim postulou que basta que os indivíduos vivam em grupo, para que, surjam novas características de obrigação e de regularidade, o respeito se dirige ao grupo resultando da pressão do grupo sobre o indivíduo. Bovet, por outro lado, defende que o respeito se encaminha às pessoas e provém das relações dos indivíduos entre si. Ele demonstra que as obrigações morais nunca se desenvolveriam num ser isolado, no entanto, ao contrário de Durkheim, ele acredita que é suficiente o contato entre dois indivíduos para o que respeito mútuo e os valores morais floresçam (Piaget, 1932/1994).

De acordo com De Lucca Freitas (2002), Piaget acreditava que embora houvesse diferenças nos autores das diversas correntes teóricas (Durkheim, Bovet, Kant), em um ponto todos eles convergiam: o respeito como um sentimento fundamental para a moral. Piaget tende às ideias de Bovet e Ferenczi, onde o respeito é visto como uma relação de natureza afetiva, dosada pelo amor ou pelo medo.

Buscando achar respostas para a questão da influência respeito ao desenvolvimento da autonomia moral, Piaget (1932/1994) deixa claro que o valor de uma ação ou um julgamento moral não está ligado às regras que se respeita, mas de que forma estas regras são respeitadas. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente. Existem, então, as relações ditas coercitivas (em que um indivíduo considerado superior exerce sua autoridade de forma coercitiva sobre um indivíduo considerado inferior); e, as relações de cooperação (em que os indivíduos se tratam como iguais e se ajudam mutuamente). Estas duas formas de relação social conduzem a resultados dife-

rentes. De acordo com a relação estabelecida o respeito entre estes indivíduos pode ser Respeito Unilateral, quando ocorre relação de coação entre os indivíduos, ou Respeito Mútuo, quando ocorre relação de cooperação.

Em primeiro lugar, há o respeito que chamaremos unilateral, porque ele implica uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado: é o respeito do pequeno pelo grande, da criança pelo adulto, do caçula pelo irmão mais velho. Esse respeito, o único em que normalmente se pensa e no qual Bovet tem insistido muito especialmente, implica uma coação inevitável do superior sobre o inferior; é, pois, característico de uma primeira forma de relação social, que nós chamaremos de relação de coação. O respeito unilateral leva à regra coercitiva. Nesse caso, portanto, é preciso se conformar com as regras, pois as regras são obrigatórias, tendo origem no adulto ou no divino. O respeito unilateral é marcado, ainda, pelo egocentrismo infantil. Do respeito unilateral, então, resulta uma forma de juízo moral heterônoma (Piaget, 1996, p. 04).

Mas existe, em segundo lugar, o respeito que podemos qualificar de mútuo, porque os indivíduos que estão em contatos e consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. Esse respeito não implica, assim, nenhuma coação e caracteriza um segundo tipo de relação social, que nós chamaremos de relação de cooperação. Quando as crianças praticam e vivenciam as regras de acordo com a cooperação, são capazes de elaborar a regra de maneira diferente, percebendo que elas não são imutáveis, mas dependem do acordo mútuo e da reciprocidade. Do respeito mútuo resulta, então, uma forma de juízo moral autônoma (Piaget, 1996, p. 04).

A importância da qualidade da relação pais-filhos sobre o desenvolvimento das crianças tem se mostrado irrefutável por muitos estudiosos do assunto. Paiva e Ronzani (2009) constataram a importância do envolvimento dos pais no monitoramento e no conhecimento de seus filhos, pois a ausência de suporte e de monitoramento parental estava relacionada a uma maior vulnerabilidade às praticas de risco e abusivas dos adolescentes. Gomide, Del Prette e Del Prette (2003) inter-relacionam inadequação de práticas educativas a problemas no desenvolvimento cognitivo e social e no desempenho acadêmico dos filhos. Crianças na idade escolar, com pouca interação com ambos os pais, apresentam menor desenvolvimento cognitivo e mais problemas de comportamento (Anselmi et al., 2004; Stocker et al., 2003). Em relação à influência da interação familiar sobre o desempenho acadêmico dos filhos, alguns autores (Hill; Taylor, 2004; Newcombe, 1999) mostram que as crianças com melhor desempenho acadêmico têm pais e mães mais envolvidos, afetuosos e verbalmente sensíveis, que evitam o uso de punições e restrições. De acordo com Gomide (2001; 2004) e Prust e Gomide (2007), na prática educativa, os pais ao interagirem com seus filhos ou por meio de seus próprios comportamentos, transmitem normas e valores às crianças que serão generalizados em outras circunstâncias.

Tognetta e Rosário (2013) realizaram um estudo que tinha como objetivo investigar se os engajamentos ou desenjamentos morais possuíam relação com a prática de bullyng. Como resultado, eles encontraram que os indivíduos que praticavam o bullying eram mais desengajados ou menos engajados às situações morais. Isso demonstrou que os autores de bullying conseguiam desativar seletivamente o controle de um mau comportamento moral, justificando-a moralmente. Esse desengajamento moral serviria como um desinibidor de condutas moralmente incorretas que libertariam o autor da culpa e da autocensura (Tognetta & Rosário, 2013). Esses mesmos autores demonstraram também, através do levantamento bibliográfico, que a presença de desengajamentos morais dificultaria que o sujeito se colocasse no lugar do outro ou se comovesse com a sua dor. E, mais ainda, as emoções ligadas ao desengajamento moral seria o orgulho e a indiferença, enquanto as associadas à responsabilidade moral seriam a culpa e a vergonha. Ressaltam ainda que os sujeitos que praticam o cyberbullying apresentam ainda maior desengajamento moral do que aqueles que praticam o bullyng de maneira tradicional. Esse fato corrobora a nossa teoria, reafirmando que a virtualização promoveria uma desinibição ainda maior para prática de atos tidos como moralmente ruins.

Antes de prosseguirmos para as considerações finais, vemos que é necessário definir o que significa ser uma pessoa moral:

> *Ser "moral" implica em pensar nos outros, em qualquer outro, na humanidade... Ser "moral" implica em ter vontade: querer raciocinar além do próprio "eu"... Ser "moral" implica, às vezes, em perder vantagens imediatas para si em prol de outros que nunca conheceremos... Às vezes, implica até em sermos revolucionários, em sermos contrários a leis que nos humilham, a leis que nos tornam submissos, sem dignidade (MENIN, 1996, p. 42).*

Dessa forma, entendemos que o "ser moral" se constrói continuamente em suas relações intra e interpessoais, num movimento dialético que considera o sujeito, o contexto e as interações estabelecidas.

Conclusões

Para compreendermos a questão do desenvolvimento moral da criança e do adolescente, primariamente foi necessária uma contextualização das transformações ocorridas no mundo contemporâneo. O fenômeno Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTICs) tem transformado a sociedade em um todo e a cada instante, e essa velocidade de transformação se tornou tão veloz que tem sido difícil para os estudiosos acompanhar o ritmo de mudança com o suprimen-

to adequado de estudos empíricos. As sociedades modernas são permeadas pelo rápido avanço técnico e científico, além das transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. Para Setton (2002) a contemporaneidade traz um universo sociocultural amplo, diversificado e fragmentado, marcado pela produção de bens culturais e a circularidade da informação. Esse novo paradigma cultural influenciaria a formação moral, psicológica e cognitiva do homem.

O advento da época "pós-moderna" configura-se como um fenômeno que Lyortard (1986) definiu como o esgotamento e desaparecimento das grandes sagas de legitimação, especialmente as religiosas e políticas. Para Dufour (2001) tudo recai sobre o sujeito, que sente a falta de um enunciador coletivo confiável. Os colapsos psíquicos, o mal-estar no campo cultural, a multiplicação de atos de violência e a emergência de formas de exploração em vasta escala, são sintomas provocados pela invasão de formas de destituição subjetiva.

Tal cenário influencia a constituição e o desenvolvimento dos indivíduos e, consequentemente, recai sobre a educação das crianças e adolescentes, o que nos remete, inevitavelmente, à ausência de referência dos jovens (Dufor, 2001).

A moralidade é por natureza social e o desenvolvimento de sujeitos morais só poderá ser concreto ante ao surgimento de uma sociedade moral, por isso o contexto social no qual os indivíduos interagem e se relacionam são de extrema importância para compreender o desenvolvimento moral das pessoas (Biaggio, 1997).

La Taille e Cortella (2005), estudiosos da Educação, discutem uma possível crise moral e ética na sociedade brasileira e atribuem a volta da discussão sobre ética ao individualismo exacerbado e a cultura hedonista. O livro "Crise de Valores ou Valores em Crise?" (La Taille; Menin, 2009) aborda reflexões pertinentes à Psicologia Moral. Para responder essa questão, Menin propôs a grandes estudiosos da questão moral o início de uma série de pesquisas que refletissem sobre essa questão. Eles se propuseram a refletir se os valores estariam em declínio/ausentes ou em processo de transformação. Tal questão mantem a sua contemporaneidade, diante às atuais faces da violência, corrupção, desrespeito, bullying, drogadição, etc. La Taille (1998), pontua que se existe a ideia de que há uma crise de valores é porque faltam aos jovens boas referências e uma carência na sociedade como um todo daquilo que denominamos como limites.

As próprias peculiaridades do ciberespaço, entendido muitas vezes como um ambiente livre, sem supervisão e punição, podem ser vistas como desinibidoras dos atos de seus usuários. Os pais têm pouco ou nenhum conhecimento, tanto em relação às formas de utilização quanto ao conteúdo acessado pelos seus filhos; e sentem dificuldades em estabelecer, ponderar e ajustar a frequência da exposição e exploração das NTCIs para o uso seguro e saudável.

Entendemos, no entanto, que o desenvolvimento moral infanto-juvenil, não é apenas influenciado por um ou outro fator isolado, e sim, pelo conjunto de todos eles. Não cabe aos pais a responsabilização total pelos atos e atitudes de seus

filhos, já que os mesmos fazem parte de uma sociedade, uma cultura em uma determinada época e lugar. Afirmamos, portanto que nesse processo de construção de valores, a relação entre pais e filhos é essencial, mas não suficiente. Vemos que todos esses fatores juntos, ausência paterna, crise de valores ou valores em crise, falta de limites, sociedade individualista, etc. criam um ambiente desfavorável para um maior desenvolvimento moral dos jovens.

A falta de diálogo e o distanciamento afetivo é o caminho para a formação de uma 'barreira digital' entre jovens e adultos. Os pais sentem-se inseguros, antiquados ou obsoletos quando imaginam que possuem menos conhecimento ou domínio sobre as novas tecnologias do que seus filhos e acabam por se distanciar dos mesmos (de Almeida, 2014).

Prensky (2001) ressalta que é fato que o uso da Internet certamente fará parte do cotidiano das novas gerações cada vez mais precocemente, portanto, mesmo que os mais velhos ou imigrantes digitais se sintam mais distantes ou estranhos às tecnologias, suas atitudes devem ser de abertura e interesse ao aprendizado das mesmas, pois só assim será possível uma aproximação e o aumento da capacidade de orientação para um uso seguro e responsável das NTCIs, portanto, a cada instância de educação (pais, professores, escola, etc.) cabe o papel ativo e promovedor de conhecimentos, competências e processos colaborativos de mudança de valores, atitudes e comportamentos infato-juvenil.

A ideia de que as crianças já nasceram prontas para o uso dos aparatos tecnológicos ou a ideia que já são tão familiarizados com a tecnologia que não precisam de auxílio, é em partes, equivocada. É consenso popular que as crianças adquirem fácil e rapidamente as competências operacionais básicas ou as mais avançadas, no entanto, elas também enfrentam situações de dúvida, insegurança ou que não se sentem aptas para resolver. Nesse momento, é importante que os mesmos tenham vontade, liberdade e interesse em procurar o auxílio dos pais e os mesmos sejam receptivos, acolhedores e promovam a estrutura e o suporte que as crianças precisam (Ferreira, 2017).

> *As crianças são nativos digitais, mas só até certo ponto.(...) No entanto, elas também enfrentam situações que não conseguem resolver, para as quais pedem ajuda. Deste modo, a literacia digital implica que os jovens não precisem apenas de princípios básicos para se manter seguros online, mas que também precisem de uma variedade de habilidades técnicas, cognitivas e críticas que lhes permitam fazer avaliações sobre a qualidade das fontes, para utilizar com conhecimento e criatividade os meios e ganhar competência no uso de ferramentas digitais para a participação pública (Ferreira, p. 8, 2017).*

Ressaltamos que a formação parental, o diálogo pais-filhos, o provimento do conhecimento e das competências parentais funcionarão como fatores proteti-

vos em relação aos riscos enfrentados pelas crianças e adolescentes diante desse novo paradigma sociocultural permeado pelas NTCIs. Além disso, o contexto escolar pode funcionar como fonte de apoio aos pais, através da promoção de programas e políticas educativas que visem à orientação e o desenvolvimento das competências sociais infantis.

É imperativo que a geração atual que convive diariamente com a internet e com outros aparatos digitais tenham a oportunidade de desenvolver uma cidadania digital, baseadas em atitudes de respeito ao próximo e responsabilidade. É importante que os jovens entendam que o virtual não é menos real ou que não devem seguir regras, princípios, normas e valores regidos por um compromisso moral.

Essa nova realidade de relações interpessoais, explicitadas pelas inúmeras formas de interação virtual, trazem para o horizonte novos desafios contemporâneos que devem ser compreendidos e analisados. Cabe, portanto, a nós pesquisadores acompanhar o desenvolvimento dessas novas formas de ser no mundo, trazendo à roda debates fecundos para o desenvolvimento de novas abordagens sobre o tema.

Referências

Aghaei, S., Nematbakhsh, M. A., & Farsani, H. K. (2012). Evolution of the World Wide Web: From WEB 1.0 TO WEB 4.0. *International Journal of Web & Semantic Technology*, 1, 1-10. Https://doi.org/10.5121/ijwest.2012.3101

Anselmi, L., Piccinini, C. A., Barros, F. C., & Lopes, R. S. (2004). Psychosocial determinants of behaviour problems in Brazilian preschool children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry,* 4, 779-788.

Apel, K.-O. (1994). *Estudos de Moral Moderna* (2th ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Araújo, G. B. D. (2007). *Limites na Educação Infantil: as Representações Sociais de Pais e Professores.* Master's Thesis, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retrieved from: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11249/000611117.pdf

Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e Simulação*. (M.J. Costa Pereira, trans.). Lisboa: Relógio D'Água. (Original work published 1981).

Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*. 4, 887-907. Https://doi.org/10.2307/1126611

Belloni, M. L., & Godoy Gomes, N. (2008). Infância, Mídias e Aprendizagem: Autodidaxia e Colaboração. *Educação & Sociedade,* 104, 717-746. Https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000300005

Biaggio, Â. M. (1997). Kohlberg e a" Comunidade Justa": Promovendo o Senso Ético e a Cidadania na Escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1, 47-69. Https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100005

Camino, C., Camino, L., & Moraes, R. (2003). Moralidade e Socialização: Estudos Empíricos Sobre Práticas Maternas de Controle Social e o Julgamento Moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1, 41-61. Https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100006

Choudhury, N. (2014). World Wide Web and Its Journey From Web 1.0 to Web 4.0. *International Journal of Computer Science and Information Technologies*, 6, 8096-8100.

Colvara, L. F. (2013) *Tecnototemismo: a Subjetividade em Tempos Tecnológicos.* Ph.D. Thesis, São Paulo: Universidade de São Paulo. Retrieved from: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062013-144631/pt-br.php

Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: reflexão e crítica,* 3, p. 465-473. Https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300014

Da Exaltação Coutrim, R. M., de Carvalho, R. A., & de Almeida, J. P. P. (2012). Relação Escola e Família: uma Construção Sócio-histórica. *Cadernos de História da Educação*, 2, 627-640 .

De Almeida, A. T. (2014). Recomendações para a Prevenção do Cyberbullying em Contexto Escolar: uma Revisão Comentada dos Dados da Investigação. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 1, 77-91.

De Oliveira, A. P., & Menin, M. S. D. S. (2012). Relação entre Escola, Família e Educação Moral: um Levantamento Bibliográfico: *IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul,* Caxias do Sul, RS, 1-18.

De Paiva, N. M. N., & Costa, J. (2015). A Influência da Tecnologia na Infância: Desenvolvimento ou Ameaça?. *Psicologia.pt*, 1, 1-13.

De Paiva, F. S., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos Parentais e Consumo de Drogas entre Adolescentes: Revisão Sistemática. *Psicologia em Estudo*, 1, 177-183. Https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100021

De Santana, V. F., Melo-Solarte, D. S., de Almeida Neris, V. P., de Miranda, L. C., & Baranauskas, M. C. C. (2009). Redes Sociais Online: Desafios e Possibilidades para o Contexto Brasileiro *Congresso da Sociedade Brasileira de Computação*. Bento Gonçalves: CSBC, 1, 339-353.

Dessen, M. A., & da Costa Polonia, A. (2007). A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano. *Paidéia*, 36, 21-32. Https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003

Dornelles, L. V. (2005). *Infâncias que nos Escapam: da Criança na Rua à Criança Cyber*: Petrópolis, RJ: Vozes.

Dufour, D. R. (2001). Os Extravios do Indivíduo-sujeito. Tradução de Selvino José Assmann. Artigo on-line. *Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina*, 1, 1-6.

Ferreira, S. M. A. (2017*). Fontes de Apoio e Usos da Internet na Parentalidade*. Master´s Thesis, Braga: Universidade do Minho. Retrieved from: https://repositorium.

sdum.uminho.pt/handle/1822/46354

Freitag, B. (1989). A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. *Tempo social*, 2, 07-44. Https://doi.org/10.1590/ts.v1i2.84764

Freitas, L. B. D. L. (2002). Piaget e a Consciência Moral: um Kantismo Evolutivo?. *Psicologia: reflexão e crítica*, n. 2, p. 303-308.

Gentile, D. A., & Walsh, D. A. (2002). A normative study of family media habits. *Journal of Applied Developmental Psychology*, (2), 157-178. Https://doi.org/10.1016/S0193-3973(02)00102-8

Gomide, P. I. C. (2017). *Pais Presentes, Pais Ausentes: Regras e Limites.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Gomide, P. I. C. (2003). Ch 1: Estilos Parentais e Comportamento Anti-social. In: *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção* (pp. 21-60). Campinas, SP: Alínea.

Habermas, J. (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (2th ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hill, N. E., & Taylor, L. C. (2004). Parental School Involvement and Children's Academic Achievement: Pragmatics and Issues. *Current Directions in Psychological Science*, 4, 161-164. https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00298.x

Kant, I. (1974). *Crítica da Razão Pura e Outros Textos Filosóficos* (2th ed.). (V. Rohden e U. B. Moosburger, trans.). São Paulo: Abril Cultural. (Original work published 1787).

Kobarg, A. P., Sachetti, V. A., & Vieira, M. L. (2006). Valores e Crenças Parentais: Reflexões Teóricas. *Journal of Human Growth and Development*, 2, 96-102. https://doi.org/10.7322/jhgd.19795

La Taille, Y. D., & CORTELLA, M. S. (2005). *Nos Labirintos da Moral* (5th ed.). Campinas, SP: Papirus Editora.

La Taille, Y. D., & Menin, M. S. D. S. (2009). *Crise de Valores ou Valores em Crise?*. Porto Alegre: Artmed Editora.

La Taille, Y.D. (1994) Prefácio: Prefácio à Edição brasileira. In: *O Juízo Moral na Criança (pp*. 7-22). São Paulo: Summus.

La Taille, Y. D. (1998). *Limites: Três Dimensões Educacionais*. São Paulo: Ática.

La Taille, Y.D. (2002a). Uma Interpretação Psicológica dos Limites. *Educar em Revista*, 19, 23-37.

La Taille, Y. D. (2002b). *Vergonha, a Ferida Moral.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Lepre, R. M. (2005). *Raciocínio Moral e Uso Abusivo de Álcool por Adolescentes*. Ph.D. Thesis, Marília: Universidade Estadual Paulista. Retrieved from: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102268/lepre_rm_dr_mar.ppd?sequence=1&isAllowed=y>.

Lévy, P. (1996). *Cibercultura* (3th ed.). (C.I. da Costa, Trans.) São Paulo, SP: Editora 34. (Original work published 1956).

Lyotard, J. F. (1986). *O Pós-moderno* (2th ed.). (R.C.Barbosa, Trans.) Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.

Menin, M. S. D. S. (1999). Ch. 2: Desenvolvimento Moral. In: *Cinco Estudos de Educação Moral* (pp. 37-104). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento Infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artmed.

Palfrey, J., & Gasser, U. (2011). *Nascidos na Era Digital: Entendendo a Primeira Geração de Nativos Digitais.* (M. F. Lopes, Trans.). Porto Alegre: Artmed. (Original work published 2008).

Pereira, M. D. G. C. B., & Silva, B. D. D. (2009). A Tecnologia sob o Olhar de Jovens e Famílias: Usos, Valores, Competências e o Factor Divisão Digital. Proceedins from *6th Conferência Internacional de TIC na Educaçã*o. Braga: Universidade do Minho.

Piaget, Jean. (1994). *O juízo moral na criança* (4th ed.). (E. Lenarddon, Trans.). São Paulo: Summus. (Original work published 1932).

Postigo, H. (2011). Questioning the Web 2.0 Discourse: Social Roles, Production, Values, and the Case of the Human Rights Portal. *The Information Society*, 3, 181-193. https://doi.org/10.1080/01972243.2011.566759

Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants part 1. *On the horizon*, 5, 1-6. https://doi.org/10.1108/10748120110424816

Prust, L. W., & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre Comportamento Moral dos Pais e dos Filhos Adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 1, 53-60. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100006

Salvador, A. P. V., & Weber, L. N. D. (2005). Práticas Educativas Parentais: um Estudo Comparativo da Interação Familiar de Dois Adolescentes Distintos. *Interação em Psicologia*, 2, 341-353. https://doi.org/10.5380/psi.v9i2.4782

Santos, M. S., & Matos, E. (2011). Imigrantes e Nativos Digitais: um Dilema ou Desafio na Educação. Proceedings from *10th Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações sociais, subjetividade e Educação*. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Setton, M. D. G. J. (2002). Família, Escola e Mídia: um Campo com Novas Configurações. *Educação e pesquisa*, 1, 107-116. https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100008

Silva, C. M. R. (2009). *Família, Adolescência e os Estilos Parentais.* Master's thesis, Assis: Universidade Estadual Paulista. Retrieved from: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97566.

Stocker, C. M., Richmond, M. K., Low, S. M., Alexander, E. K., & Elias, N. M. (2003). Marital Conflict and Children's Adjustment: Parental Hostility and Children's Interpretations as Mediators. *Social Development*, 2, 149-161. https://doi.org/10.1111/1467-9507.00226

Szymanski, H. (2006). Práticas educativas familiares e o sentido da constituição

identitária. Paidéia, 16(33). https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000100011

Tee, K., Brush, A. B., & Inkpen, K. M. (2009). Exploring Communication and Sharing Between Extended Families. *International Journal of Human-Computer Studies*, 2, 128-138. https://doi.org/10.1016/j.ijhcs.2008.09.007

Tognetta, L. R. P., & Rosário, P. (2013). Bullying: Dimensões Psicológicas no Desenvolvimento Moral. *Estudos em Avaliação Educacional*, 56, 106-137. https://doi.org/10.18222/eae245620132736

Vitali, I. L. (2004). *Como Nossos Pais: a Transmissão Intergeracional dos Estilos Parentais.* Master's Thesis, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.) Retrieved from: http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2394/Monografia?sequence=1